

Violência e política no Brasil: um olhar sobre o discurso intolerante na mídia digital

Janaina Cardoso Brum¹

Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, Rio Grande do Sul, Brasil

Resumo: O discurso de ódio vem tomando lugar de destaque nas discussões políticas do Brasil. No presente trabalho, apresentamos uma definição discursiva da prática discursiva da intolerância. Entendemos que essa prática dá-se não só na relação entre sujeitos, mas como sistemática, pois decorre também da estrutura político-econômica. Apesar de haver um número considerável de estudos sobre discurso de ódio em relação a “minorias”, como gênero e raça, verificamos o pouco número de trabalhos que tratem especificamente de *práticas discursivas de intolerância política*. A emergência de um discurso intolerante propriamente político parece-nos sintomática do acirramento político dissimulado sob a aparência da não-política, da não-ideologia, ao mesmo tempo em que figura como sua sustentação discursiva. Sob as bases teóricas da Análise de Discurso pècheuxtiana, investigamos a repercussão de cursos sobre o golpe de 2016 – o impeachment da presidenta Dilma Rousseff – no site G1.

Palavras-chave: Discurso de ódio; Intolerância Política; Violência; Mídia.

Title: Violence and Politics in Brazil: a view about the intolerance discourse on digital media

Abstract: The hate discourse is taking place on the politics discussions in Brazil. In this work, we present a discursive definition about the intolerance discursive practice. We understand that this practice happens not only in the relation among subjects, but as systematic, because it occurs from the economic-politics structure. Despite of having a substantial number of studies about the hate discourse related to the “minorities”, as gender and race, we verify the few numbers of works that deal specifically with *discursive practices of politics intolerance*. The emergency of an intolerance discourse truly political seems symptomatic from the politics intensification hidden beneath the appearances of non-politics, non-ideology, at the same time that figures in its discursive maintenance. Below the theoretical bases of pècheuxtian Discourse Analysis, we investigate the repercussion of the courses about the coup of 2016 – the impeachment of the president Dilma Rousseff – in G1 website.

Keywords: Hate discourse; Political intolerance; Violence; Media.

¹ Doutora em Letras pela Universidade Católica de Pelotas, Professora na Universidade Federal de Pelotas.

E-mail: janabrum.uab@gmail.com.

Primeiras palavras

No presente trabalho, pretendemos formular, mediante a análise de quatro sequências discursivas (SDR) acerca das recentes propostas de disciplinas sobre o golpe/impeachment que derrubou Dilma Rousseff da Presidência do Brasil, os pressupostos teóricos construídos no projeto de pesquisa *Discurso de ódio: mídias, redes e movimentos sociais*, em desenvolvimento na Universidade Federal de Pelotas e no Laboratório de Estudos em Análise de Discurso desde 2016. Para tal empreendimento, recorreremos, além de aos pressupostos teórico-analíticos da Análise do Discurso pêncheuxiana, às formulações de base psicanalítica sobre o mal-estar na contemporaneidade.

A partir das noções de assujeitamento, luta de classes, antagonismo, de um lado, e de desejo e masoquismo, de outro, tratamos de compreender como se funda o discurso de ódio numa perspectiva discursivo-psicanalítica. Para tanto, a dissimetria das relações entre os sujeitos, bem como entre formações discursivas que se opõem de maneira sempre desigual, é fundamental no estabelecimento das formas típicas que assume o discurso intolerante, considerado, não mais como aquele que se dá em relação a “minorias”, sejam étnicas, sociais ou de gênero, mas como aquele que se dá em uma tensão de forças desiguais no interior das relações entre formações discursivas antagônicas.

Na tentativa de analisar tais processos discursivos de intolerância, a definição jurídico-institucional de discurso de ódio como aquele que incita a discriminação às minorias pareceu-nos, frente ao aparato teórico-analítico da Análise de Discurso, insuficiente. Em busca de uma definição propriamente discursiva de discurso de ódio ou prática discursiva de intolerância, os autores do âmbito da Psicanálise que se voltam para a análise social, pareceram-nos frutíferos, pois pensam o processo de violência longe das teorias que tratam o sujeito como pleno e consciente, realizando o tipo de leitura que Althusser (*apud* Mariani, 2010) designa “leitura sintomal”. É o que desenvolveremos na sequência.

Algumas leituras sobre assujeitamento, contemporaneidade, intolerância e violência

Como dissemos, a leitura que empreenderemos caracteriza-se como uma “leitura sintomal”, ou seja, uma leitura que descentra o indivíduo de forma a considerá-lo a partir das posições que ocupa em uma dada conjuntura histórico-ideológica e subjetiva. Para Mariani:

Esse tipo de leitura, chamada por Althusser de sintomal, caracteriza-se [...] por um descentramento do indivíduo na medida em que, ao privilegiar a noção de estrutura discursiva, recusa a tese central do idealismo humanista, que coloca o homem como centro e origem de tudo (2010, p. 118).

A espécie de leitura que fazemos em AD, como descreve a autora, parte não de uma intenção do indivíduo propriamente, mas da materialidade discursiva, mais especificamente daquilo que, no discurso, é índice da constituição subjetiva pelo inconsciente e pela ideologia. Assim, a leitura sintomal é assumida pela AD como o modo de leitura por excelência, porquanto trabalha na contradição, na falha, naquilo que materialmente constrói o discurso à revelia do sujeito. A partir de um aparato teórico heterogêneo, privilegiaremos, em nosso trabalho, autores que trabalham numa perspectiva do sujeito como determinado não pela consciência, mas pelo inconsciente e pela ideologia.

Dessa forma, chegamos a autores como Slavoj Žižek (2008), Christian Dunker (2014), Danny-Robert Dufour (2005) e Joel Birman (2017). O primeiro destaca a existência de dois tipos de violência: o que chama de violência subjetiva, ou seja, a violência efetivada em atos fisicamente violentos; o segundo tipo é, para o autor, a violência objetiva. Esta última pode ser de dois tipos: a sistêmica, que é aquela produzida e originada nos sistemas econômicos e políticos; e a simbólica, caracterizada pela imposição de um universo logicamente estável de sentidos aos sujeitos (Cf. Pêcheux, 1990). Nesse sentido, embora inter-relacionadas à violência subjetiva, as modalidades simbólica e sistêmica da violência podem ser consideradas, em sua relação com o assujeitamento ideológico, mais eficientes, porque invisíveis, e, por isso, igualmente ou mais violentas que a violência subjetiva.

Nessa perspectiva, não podemos dissociar as modalidades subjetiva e objetiva da violência. Para o autor, percebemos a violência subjetiva sob um aparente grau zero de violência, quando, de fato, essa modalidade se dá em decorrência da violência objetiva, tanto simbólica como sistêmica, fundo ideológico invisível que cria as condições de possibilidade da violência subjetiva. Convém, então, definir essas duas modalidades com maior precisão. Žižek (2008) define a violência sistêmica como aquela consequente do funcionamento típico dos sistemas político-econômicos, ou seja, na contemporaneidade, o capitalismo pós-industrial. Engendra, em seu funcionamento “normal”, formas de violência naturalizadas em nossa sociedade, como a sistemática exclusão de algumas camadas da população em consequência da acumulação excessiva de capital por (poucos) indivíduos². Assim, o próprio funcionamento desigual do modo de produção capitalista, gera formas de violência decorrentes diretamente da sempre dissimétrica relação de forças entre as classes em luta.

Já a violência simbólica, indiretamente – embora produzida por – ligada à violência sistêmica, corresponderia ao que Pêcheux (1990) chama de “imposição de universos semanticamente normais”, isto é, funciona como a imposição invisível de um universo de sentidos que define, para o sujeito, a própria realidade. Assim, a partir da coerção que sustenta as relações de dominação e exploração, a violência sistêmica que cria automaticamente seres excluídos, impõe-se um universo de sentido, os “mundos semanticamente normais” a que estamos submetidos sob o regimento do esquecimento

² Referimo-nos, aqui, aos sujeitos empíricos que, ao exemplo de Bill Gates e Georges Soros, definem, pela acumulação excessiva de capital, o modo de vida da sociedade capitalista.

ideológico de natureza inconsciente (esquecimento n. 1, cf. Pêcheux, 1988). A violência simbólica é, assim, o que faz com que não percebamos a realidade como ilusória e, ainda, o que dá eficácia ao trabalho invisível da ideologia, tornando, para o sujeito, “normais” os universos de sentido que decorrem direta ou indiretamente das relações de produção.

Dunker (2014) trabalha sobre o par intolerância/cordialidade nos modos de subjetivação no Brasil. Para o autor, a cordialidade (ou tolerância), como uma tendência a acolher as diferenças, não funciona como uma contraposição à intolerância, tampouco está com esta em relação de contradição, mas se define como um recuo diante da possibilidade de usar o outro como objeto, não por altruísmo, mas no intuito de preservar o gozo do próprio sujeito, concebido como diminuído em relação ao gozo do outro. Isso não se dá por uma concessão ao gozo do outro, mas justamente porque tornar o outro objeto diminui o reconhecimento do eu como mestre. Para Žižek (2008), o que ele chama de “tolerância liberal” não é mais que a contraparte necessária da intolerância, forma de proteção do eu à presença excessiva do outro/Outro. A tolerância, nesse sentido, mantém o outro/Outro a distância, sendo que, sempre malgrado esse funcionamento pela proximidade desse outro/Outro, a intolerância, paradoxalmente, coincide com a tolerância.

Para Dufour (2005), ancorado em Lacan, o capitalismo é um sistema extremamente eficiente que torna produto tudo o que se encontra a seu alcance, inclusive o sujeito. O autor defende a emergência contemporânea de uma nova forma-sujeito relacionada a esse funcionamento ultraliberal, distinta daquela da chamada modernidade. Segundo sua concepção, no neoliberalismo, os sujeitos figuram como *dessimbolizados*, ou seja, destituídos de sua carga simbólica, a ponto de reduzirem-se a elementos como quaisquer outros na troca mercadológica.

Concebendo a contemporaneidade como uma continuação da modernidade, ao contrário de outros autores, como Zygmunt Bauman e François Lyotard (*apud* BIRMAN, 2017), ao retomar a teoria da servidão voluntária, formulada por La Boétie no século XVI, Birman (2017) defende que o assujeitamento requer a vontade como um de seus princípios, o que faz ressoar a máxima althusseriana de que os sujeitos são “livremente” assujeitados pela ordem da ideologia. Com isso, essa marca volitiva da servidão humana tem como condição mesma de possibilidade uma certa concepção de “liberdade”, fundada no ideário da Revolução Francesa. Assim, para o autor, a democracia, então, teria a marca da servidão voluntária.

Birman (2017), a partir do conceito psicanalítico de desamparo, formula que a noção freudiana de masoquismo seria, para além de um dos paradigmas da disciplina fundada por Freud, o paradigma mesmo da modernidade, como forma de enfrentamento ao desamparo engendrado pela “liberdade”. Nas palavras do autor: “para se protegerem do horror do desamparo, as individualidades se valem do masoquismo como *forma primordial de subjetivação*” (BIRMAN, 2017, p.26). Assim, o outro do que Birman chama de “pacto masoquista” seria um perverso que supõe ser possível anular seu desamparo. Dessa forma, o sadismo impor-se-ia como uma outra forma de proteção ao abismo do desamparo originário da subjetividade:

Dessa maneira, o masoquismo é uma forma de subjetivação constituída na modernidade, pela qual os indivíduos se assujeitam aos outros para evitar a condição de desamparo, por um lado, e que encontram o eco disso num outro que precisa desafiar o mesmo desamparo pelo triunfo e com o desdém pelo outro (p. 29).

O outro sádico é, em nossa proposta, o sujeito do discurso intolerante, aquele que, frente ao gozo excessivo do outro – outro esse sempre colocado em condição dissimétrica no estado antagônico da luta de classes – vê-se ameaçado pelo próprio excesso de seu gozo interdito (DUNKER, 2014). Para Birman (2017), o dismantelamento do bem-estar social e a assunção do neoliberalismo de mercado, o desamparo – e a conseqüente produção de subjetividades no eixo sadismo/masoquismo – tem dado origem à produção de “bodes expiatórios” para os quais se dirige o ódio.

A partir do que precede, parece-nos plausível defender que a prática discursiva da intolerância dá-se não só na relação entre sujeitos, mas é sistemática, pois decorre da estrutura político-econômica instaurada pelo sistema capitalista. Nesse sentido, parece-nos que o discurso de ódio, como violência sistêmica e simbólica, é aquele que, nas práticas discursivas, torna *dessimbolizado* o sujeito vítima da intolerância, ou seja, torna-o objeto e, como tal, “coisa” aniquilável. O sujeito vítima passa a ser o elemento terrível que impõe ao sujeito intolerante o confronto com algo que lhe causa desconforto, um elemento aterrador que desorganiza uma dada rede de saberes, ameaçando não só a constituição subjetiva, como os “universos semanticamente normais” (Cf. PÊCHEUX, 1990) que dão ao sujeito sua unidade lógica. Reduzir a nada, exterminar, tornar inimigos dados sujeitos ou dadas organizações e movimentos faz com que esse “mal” pareça mais facilmente eliminável.

Nesse sentido, o discurso intolerante assume formas para além do dito. A intolerância frequentemente assume a forma da tolerância condescendente, incapaz de ser apreendida pelo formalismo jurídico. Podemos citar como exemplo típico a estrutura “Eu não sou X, mas Y”, na qual a intolerância é negada ao mesmo tempo em que é afirmada duplamente. Essa sutileza própria do discurso de ódio, tal como se manifesta na democracia ultraliberal, é mais eficiente na medida em que torna-se invisível e parte dos universos semanticamente normais.

Em AD, resta analisar, para além da constatação da existência de um discurso intolerante mais ou menos invisível, os processos de produção de sentidos envolvidos na emergência contemporânea de um discurso que se volta contra práticas sociais marcadamente de esquerda. Esse discurso circula em diversos espaços, entretanto toma uma forma mais ou menos organizada na mídia, concebida por Mariani (2006) como uma instituição que não só é regulada pelo Estado, mas também o regula, estabilizando determinados sentidos, apagando outros e contribuindo, assim, para a homogeneização histórica do sujeito. Essa homogeneização, na contemporaneidade, implica, para Mariani (2012a), os excessos da formação social capitalista que, em seu estado atual, produz o sujeito

nos moldes do mercado de capitais, indiferente à formação social e sem engajamento jurídico e político. É nesse espaço que construímos o *corpus* do presente trabalho.

O discurso de ódio político na mídia brasileira

Desde junho de 2013³ e, mais acentuadamente, desde as eleições presidenciais de 2014, assistimos à emergência de um tipo de intolerância que, historicamente, se faz sentir em momentos de acirramento político e de grandes mudanças nas redes de discursividades. A intolerância que estamos chamando “política”, já vista no Brasil, por exemplo, quando foi gestada a Ditadura Militar, ressurgiu a partir da atuação da mídia tradicional. Em junho de 2013, Arnaldo Jabor, cronista do Jornal da Globo, comparou os manifestantes a criminosos, ridicularizando-os; já em 2014, eleitores de partidos de esquerda foram hostilizados nas redes sociais e nas ruas. Em 2015 e 2016, a crescente intolerância ajudou a compor as forças necessárias para a efetivação do impeachment de Dilma Rousseff (PT), que, malgrado aplicasse algumas políticas próprias à direita liberal, era então tomada como uma “perigosa comunista”.

Apesar de haver um número considerável de estudos sobre discurso de ódio em relação a “minorias”, como gênero e raça, verificamos na literatura o pouco número de trabalhos que tratam especificamente do que vimos chamando provisoriamente de práticas discursivas de intolerância política. Žižek (2008) aponta as possíveis causas de um apagamento do político para além dos campos que o tem como mote. Para o autor, há em curso um processo de “culturação” da política, de modo que o público deixa de ser percebido como tal e passa a dar lugar às demandas individuais. O que ele chama de “privatização” da cultura faz com que o indivíduo e sua constituição pretensamente racional e singular tornem-se o centro das reivindicações no espaço público, apagando-se o funcionamento político-econômico do sistema capitalista. Isso desloca o centro das lutas da desigualdade social do embate de classes para uma política da tolerância que, em última análise, se centra na ilusão de singularidade individual gerada pelo próprio funcionamento dissimétrico e desigual das relações de produção.

A emergência de um discurso intolerante propriamente político parece-nos sintomática do acirramento dissimulado sob a aparência da não-política, da não-ideologia (Cf. Žižek, 2008), ao mesmo tempo em que figura como sua sustentação discursiva. Essa

³ Em 2013, no Brasil, uma série de manifestações populares inicialmente espontâneas tiveram como mote primeiro o aumento de vinte centavos na passagem de ônibus urbano em São Paulo. O que ficou conhecido como “jornadas de junho” teve início com uma reivindicação bem pontual, mas expandiu-se de forma a não ter mais objetivo claramente definido. Entre protestos contra a difusa “corrupção”, exigências de mais investimentos em saúde e educação, essas manifestações, pouco a pouco, passaram a expressar uma divisão política em seu próprio interior, derivando para a formação de movimentos com teores político-ideológicos mesmo antagonísticos.

configuração aparentemente contraditória remexe as redes discursivas, de forma a provocar uma desestabilização nos saberes que regem, no âmbito das formações discursivas, o que pode e deve e o que não pode e não deve ser dito (Cf. Pêcheux, 1988). Em sua condição dupla de sintoma e de elemento de desestruturação/reestruturação das discursividades, o discurso intolerante político é marcado pelo embate, pelo acirramento da luta de classes e, por isso, constitui-se como lugar privilegiado para a observação do equívoco e da heterogeneidade a que o discurso está submetido, na medida em que sustenta excessivamente a lógica binária do ou/ou, de que nos fala Pêcheux (1990), e torna visível a contradição intrínseca à constituição dos sentidos e dos sujeitos.

Em conferência proferida em evento na cidade de Pelotas, Aracy Ernst (2017) relaciona o discurso da mídia tradicional brasileira ao funcionamento cínico da ideologia, do qual trata Žižek (1996). Para a pesquisadora, apoiada em autores como Žižek e Sloterdijk, a mídia brasileira – tendo conhecimento de que sua atividade jornalística visa, em última análise, fazer permanecer intocada, como ponto zero de “neutralidade” política, a ideologia dominante –, mantém sua posição e, sob a aparência “objetiva” da informação, defende, não inconscientemente, como se poderia pensar, mas de forma consciente, os interesses econômicos da elite detentora do capital.

Ernst e Menezes (2016), ao analisarem o discurso de um famoso humorista brasileiro, ancorados em Baldini (2012), afirmam ser o cinismo o modo por excelência pelo qual a sociedade de consumo, ou seja, aquela forjada no capitalismo pós-industrial, é estruturada. Dessa forma, o funcionamento cínico da mídia nacional reproduz conscientemente a lógica da sociedade de mercado e ignora, assim, sistematicamente a distância entre a realidade social e a “máscara ideológica” sob a qual defende interesses diversos daquele a que se propõe – a transmissão “objetiva” da informação. Ainda para os autores, a produção da informação “funciona como moeda de troca e signo de poder” (p. 12). Essa conclusão decorre do fato de poucas famílias, cujas concessões são sistematicamente renovadas, deterem o monopólio midiático no Brasil, o que lhes dá o poder necessário para intervir na sociedade em nome da ideologia dominante, regulando, ao mesmo tempo em que é regulada por, o Estado e seu funcionamento neoliberal (Cf. Mariani (2006).

É nesse contexto que, no presente trabalho, analisamos notícias do site G1, pertencente ao conglomerado Globo de Comunicações, sobre a ascensão de propostas de cursos sobre o golpe de 2016 – o qual depôs, via artifícios jurídicos, a presidenta Dilma Rousseff do cargo que ocupava desde 2010 – em diversas universidades públicas brasileiras.

Em fevereiro de 2018, começou a circular na internet o plano de ensino de uma disciplina chamada “O golpe de 2016 e o futuro da democracia no Brasil”, a qual foi proposta no curso de Ciências Sociais da Universidade de Brasília (UnB) pelo professor Luís Felipe Miguel. A divulgação desse material causou alvoroço nas redes sociais e não tardou a ser noticiada na mídia impressa, televisiva e digital. O então Ministro da Educação, Mendonça Filho, manifestou intenção de acionar o Ministério Público em decorrência de suposta improbidade administrativa por parte da Universidade por oferecer a disciplina que atacava

frontalmente o governo integrado por ele. Até o dia primeiro de março, nove universidades propuseram cursos semelhantes em solidariedade à UnB. Aparte a discussão sobre a validade ou não dos cursos propostos, vale analisar o embate ideológico que a ela subjaz.

Em 2016, após o acirramento da luta de classes em torno das políticas desenvolvimentistas postas em curso pelos sucessivos governos do Partido dos Trabalhadores, a presidenta Dilma Rousseff, reeleita em 2014, foi deposta por um processo de impeachment forjado em torno das popularmente chamadas “pedaladas fiscais”⁴. O processo, tal como foi aplicado no caso de Rousseff, passou imediatamente a ser chamado de “golpe”, em analogia ao Golpe Militar de 1964, por setores da esquerda que a ele se opunham por considerá-lo uma manobra para tirar o partido do poder⁵. Sucedeu-se um embate acirrado sobre a designação a ser atribuída a esse processo⁶. A mídia tradicional assumiu, então, o discurso da “neutralidade” da informação e passou a designar o processo de destituição somente por “impeachment”, rótulo assumido pelas forças ideológicas que defendiam a saída de Dilma Rousseff da Presidência da República, validado e tornado evidente por ser um dispositivo previsto na Constituição Federal.

Em 21 de fevereiro de 2018, a UnB, como já dissemos, propôs o curso “O golpe de 2016 e o futuro da democracia no Brasil”, reacendendo a disputa ideológica em torno da designação. Esse embate foi, como mostrarão as análises, apagado das notícias no Portal G1. No entanto, a luta ideológica tem existência material no discurso e, como tal, emergiu na tentativa mesma de ser mascarada. Entre os dias 21 de fevereiro e nove de março, o site publicou sete notícias sobre os cursos em várias universidades, sendo apenas uma sobre o curso na UnB; um artigo de opinião sobre o tema e duas notícias sobre a intenção do Ministério da Educação de acionar o Ministério Público. Em uma leitura desavisada, poder-se-ia dizer que o portal não tomou posição e agiu com neutralidade na divulgação das “informações”, no entanto, utilizando-nos das categorias analíticas propostas por Ernst (2009), a falta, o excesso e o estranhamento, pudemos identificar alguns processos discursivos recorrentes.

⁴ Atraso no repasse de verbas tanto a bancos públicos como a bancos privados não previstos na legislação brasileira, que visa ao alívio da situação financeira do governo frente ao mercado internacional. Esse artifício, apesar de não previsto em lei, foi amplamente utilizado em todos os governos anteriores, inclusive o de Fernando Henrique Cardoso, político do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), partido político que liderou a campanha pelo impeachment. Não por acaso, uma mudança na Lei de Responsabilidade Fiscal, após dois dias de concluído o processo de impeachment, modificou o entendimento de “Crime de responsabilidade” e, assim, as pedaladas fiscais passaram a ser legais.

⁵ É conveniente lembrarmos, aqui, que houveram tentativas anteriores de impedir o governo Dilma, como é o caso do pedido de impugnação da chapa na qual concorria, submetido pelo PSDB ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

⁶ Rosa (2017) discutiu mais amplamente as designações “golpe” e “impeachment” no texto “Impeachment ou golpe? A disputa pela designação em jornais e nas redes sociais”, disponível em http://anaisdosead.com.br/8sead/posteres/poster%20e2_mrosa.pdf.

Analisamos, então, sequências discursivas retiradas da primeira notícia sobre os cursos, divulgada em 22 de fevereiro, e do artigo de opinião “O uso político da universidade”, de Helio Gurovitz, publicado em 26 do mesmo mês.

Inicialmente, na notícia sobre o curso da UnB, notamos a *falta* de elementos que, na construção linguística no fio do discurso, indiquem apreciação sobre o tema. Isso, considerando a prática jornalística tradicionalmente empreendida no Brasil, a qual mantém cinicamente o ideal de neutralidade e objetividade, não é algo que estranha o olhar do analista de discurso. No entanto, em contraparte, observamos um excesso no uso de aspas, como pode ser visto nas sequências discursivas a seguir:

SD1: [Manchete e *Lead*]

Universidade de Brasília terá disciplina sobre ‘golpe de 2016’

Matéria do curso de Ciência Política vai analisar ‘retrocessos do governo Temer e entender a deposição da ex-presidente Dilma’, diz ementa.

SD2: Na ementa do curso orientado pelo professor Luis Felipe Miguel, a disciplina pretende analisar a “agenda de retrocesso” durante o governo do presidente Michel Temer. As aulas também têm o objetivo de entender os “elementos de fragilidade” do sistema político brasileiro, “que depuseram a presidente Dilma Rousseff”. O programa da disciplina foi publicado nas redes sociais.

Ao decorrer de cinco módulos, os estudos vão discutir pontos – organizados em ordem cronológica –, desde o “golpe de 1964”. O conteúdo pretende abordar, ainda, o debate sobre o “PT e o pacto lulista”, “jornadas de junho” e, por último, o “governo ilegítimo e resistência”.

Na SD1, podemos notar que a manchete traz entre aspas a expressão “o golpe de 2016”. Notemos, ainda, que não se trata do nome do curso, que seria naturalmente aspeado, mas do tema. No *lead*, temos aspeada uma das subtemáticas a serem desenvolvidas na disciplina. Já na SD2, temos citações intermitentes dos tópicos presentes no plano de ensino apresentado pela UnB. São, nesta sequência de dois parágrafos, oito trechos aspeados.

Authier-Revuz (2004) discorre sobre o uso das aspas em duas situações: 1. Quando ocorre autonomia, ou seja, quando o objeto destacado é apenas mostrado ao interlocutor; 2. Quando ocorre modalização autonímica, processo no qual ocorre um uso duplicado do objeto discursivo, em que se faz, a um só tempo, uso e menção. Tanto um processo quanto o outro ocorrem frequentemente no jornalismo. No entanto, interessam-nos especialmente os casos de modalização autonímica, por serem mais frequentes nas sequências em análise e, ainda, por serem caracterizados por uma suspensão de responsabilidade, a qual “determina uma espécie de vazio a preencher, através de uma interpretação, um ‘apelo de glosa’, se assim se pode dizer, glosa que, às vezes, se explicita, permanecendo mais frequentemente implícita” (AUTHIER-REVUZ, 2004, p. 219). Em termos discursivos, a modalização autonímica trabalha

com o não-dito, com aquilo que é suspenso do intradiscursos, permanecendo, no entanto, no horizonte interdiscursivo.

Considerando a ausência de manual de redação do Portal G1, recorreremos ao Manual de Comunicação da Secretaria de Comunicação do Senado Federal a fim de investigar as diretrizes para uso das aspas. Lá, recomenda-se evitar o excesso de aspeamento especialmente nos casos em que o recurso pode deixar o texto “ambíguo” e, por isso, imprimir tom negativo, pejorativo ou irônico àquilo que é citado. Ora, o que ocorre nas sequências em análise é justamente o contrário da orientação redacional. Assim, o excesso no emprego da modalização autonímica pode ser percebido como um fator de *estranhamento*.

Para Ernst (2009), o estranhamento é índice de um conflito entre formações discursivas e consiste, no intradiscursos, em elementos que são da ordem do pré-construído, ou seja, algo discrepante em relação às filiações do sujeito, da ordem do inesperado, o que causa desordem na formulação. Ora, as ocorrências de aspas nas SD 1 e 2 apresentam-se como uma quebra no fio do discurso, quebra essa que introduz um pensamento outro, diverso daquele esperado, tanto a partir do ideal de isenção jornalística, quanto a partir das filiações discursivas próprias à Rede Globo de Comunicações. São, portanto, “palavras mantidas à distância”, para usar a expressão de Authier-Revuz (2004), que imprimem uma glosa implícita, colocando, dessa forma, o sujeito no lugar (ilusório, para a AD) de juiz, capaz de controlar a fronteira entre o que diz e o discurso outro, estranho à posição à qual se filia. Essas palavras mantidas à distância desdobram-se discursivamente na manutenção do outro à distância, característica, segundo Dunker (2014) e Žižek (2008), da tolerância liberal, a qual, em última análise, corresponde, ainda conforme os autores, à intolerância.

Nas duas SD, podemos notar a emergência de saberes que se localizam em outro sítio, saberes estranhos às filiações discursivas do sujeito em questão. Esses elementos estranhos imprimem uma quebra no fio do discurso e sustentam um não-dito que, como tal, age, produzindo efeitos. “Golpe de 2016”, “retrocessos no governo Temer e entender a deposição da ex-presidente Dilma”, “agenda de retrocesso”, “elementos de fragilidade”, “que depuseram a presidente Dilma Rousseff”, “golpe de 1964”, “PT e o pacto lulista”, jornadas de junho”, “governo ilegítimo e resistência” carregam, a partir de seu exterior específico – ou seja, da memória discursiva relacionada às posições assumidas no discurso da Rede Globo de Comunicações em relação à política econômica neoliberal do governo Temer –, além do discurso discrepante com o qual entra em embate, uma apreciação crítica e um questionamento. Esse questionamento, para além da tentativa de pôr em dúvida a iniciativa da Universidade de Brasília, incide também no entendimento sobre o Golpe Militar de 1964⁷, também aspeado na SD2.

⁷ Apesar de não constituir-se como objeto de análise do presente trabalho, é curioso observar que, em 2013, o conglomerado Globo admitiu ter-se equivocado ao apoiar a Ditadura Militar no Brasil. Pode-se ler o artigo sobre o assunto em: <https://oglobo.globo.com/brasil/apoio-editorial-ao-golpe-de-64-foi-um-erro-9771604>.

Contudo, ao colocar em funcionamento o discurso anti-impeachment, ao qual se opõem, através do excesso no uso das aspas, as SD em análise acabam por validá-lo como um discurso entre outros, ou, melhor, como um discurso outro do qual se distancia no mesmo movimento em que o faz falar por si próprio. O diferente, o discrepante emerge no fio mesmo do discurso que o questiona a partir da pretensa neutralidade jornalística, colocando-se em lugar de destaque. O excesso na utilização da modalização autonímica marca o encontro com um discurso outro trabalhando nas bordas da notícia, dotado de eficácia simbólica, ainda que não se alinhe à ideologia dominante. Nas palavras de Authier-Revuz (2004, p. 229), as aspas “são uma balizagem dessa zona de demarcação mediante a qual, através de um *trabalho* sobre suas bordas, um discurso se constitui em relação a um exterior. Essa borda é, a um só tempo, *reveladora e indispensável*”. Para a autora, trabalhar com o aspeamento permite revelar aquilo de que se quer distanciar.

É assim que o discurso anti-neoliberal entranha-se na notícia “imparcial” que, na tentativa de distanciar-se do discurso anti-Temer, acaba por deixar dizer o que nega. Para Authier-Revuz (2004), o excesso no uso das aspas acarreta um “não-dizer”. Em outras palavras, a compulsão por manter a distância o discurso que alinha a ideologia dominante a um golpe acaba por fazer perder-se, ainda que momentaneamente, a oposição a esse discurso. A um só tempo, a notícia desacredita sutilmente o discurso que relata e o coloca em destaque.

No entanto, a razão cínica pela qual opera a mídia tradicional brasileira (Cf. Ernst, 2017) não deixa de trabalhar e opera nas bordas da isenção ilusória do discurso jornalístico. O site G1 tem espaços destinados a artigos de opinião e é aí, através de seus articulistas, que sua política editorial mascarada revela-se. Vejamos as SD subsequentes, retiradas do artigo “O uso político da universidade”, de 26 de fevereiro, cujo autor é Helio Gurovitz:

SD3: É fácil entender por que um partido político que perdeu o poder adota esse discurso. “Golpe” é uma daquelas palavras – como “fascismo”, “nazismo”, “genocídio” e outras tantas – perfeitas para pespegar um rótulo negativo no adversário e negar os fatos: Dilma caiu em virtude de seus crimes fiscais e de sua incompetência política.

SD4: Comparar 2016 a 1964 pode até ser um exercício estimulante para os acadêmicos. Mas chamar o governo atual de “ilegítimo” ou o impeachment de “golpe” só pode ter objetivo político: emprestar o prestígio da universidade a uma posição partidária. E, como Lysenko na União Soviética ou Heidegger na Alemanha nazista, bater a devida continência a uma ideologia que, embora garanta a seus portadores o sustento material, preserva no país a indigência intelectual característica dos regimes totalitários.

Diferentemente do que acontece nas SD 1 e 2, na SD3, o uso das aspas é acompanhado de uma glosa a respeito da designação golpe e outras: “[palavras] perfeitas para pespegar um rótulo negativo no adversário e negar os fatos”. A desqualificação aqui é explícita e funciona

como um “questionamento ofensivo”, tal como designado por Authier-Revuz (2004). O comentário segue na SD4, linearizando os saberes que insistem na designação “golpe” a saberes alinhados ao totalitarismo. Notemos que toda utilização de aspas aqui visa desqualificar ou mesmo zombar do discurso contrário, reduzindo-o a um discurso unicamente partidário e ideológico, como se o sujeito do discurso do G1 partisse de um grau zero ideológico. Ao expor os argumentos implícitos na notícia que compõe as SD 1 e 2, pelo contrário, o sujeito revela-se igualmente ideológico, filiado aos saberes que regem o capitalismo de mercado aplicado por Michel Temer, saberes esses que compõem o quadro da ideologia dominante no capitalismo pós-industrial.

Utilizando-se de seu lugar de fala (e poder), dotado da clareza que só se encontra nas evidências forjadas no discurso dominante, o articulista reduz o sujeito do discurso anti-neoliberal ao caricato totalitarismo que insiste ser o mesmo na Alemanha nazista e na União Soviética, fazendo ressoar os sentidos que circulam sobre socialismo e comunismo no discurso neoliberal. Assim, apresenta o sujeito que resiste ao capitalismo de mercado como um obtuso esquerdista que não enxerga outro horizonte a não ser o de sua própria ideologia. Esse sujeito é, dessa forma, destituído de subjetividade e passa a operar exclusivamente como objeto de discurso que, se tem espaço na profusão de notícias diárias publicadas no Portal G1, não tem consistência subjetiva no restrito espaço destinado à opinião. Facilmente eliminável, esse outro que diz ter sido um golpe o impeachment de Dilma Rousseff, personifica o “mal” que desencadeou a crise brasileira.

O discurso de ódio, como podemos ver, não opera somente de forma explícita e, como violência simbólica e sistêmica, tem eficácia material na sutil regulação do Estado levada a termo pela grande mídia, esta que tolera o discurso antineoliberal ao mesmo tempo em que o destitui de sua eficácia simbólica. Nesse ponto, a tolerância aparente da notícia coincide com a intolerância do artigo de opinião. Se a “liberdade” – aquela do sujeito livremente assujeitado à ideologia (Cf. Althusser, 1985) – que forja a servidão voluntária no neoliberalismo é o que torna o sujeito dessimbolizado e, por isso, objeto de troca, o sujeito que resiste passa a ser o objeto indesejado, aquele que confronta o desejo do outro – o outro sádico de Birman (2017), correspondente ao sujeito do discurso neoliberal – com seu gozo e que deve, por isso, ser eliminado. “Fraco”, “indigente intelectual”, aquele que ousa questionar a ideologia de mercado é, aqui, tachado de desconhecedor da “realidade”, esta mesmo que a razão cínica crê manipular, mas que é, desde sempre, forjada ideologicamente.

Algumas conclusões parciais

Na introdução de *Lesvérités de La Palice*, publicado no Brasil como “Semântica e Discurso: uma crítica à afirmação do óbvio”, Michel Pêcheux descreve as questões centrais para uma teoria de base materialista dos processos discursivos: “- a questão da produção dos conhecimentos científicos, - a questão da prática política revolucionária do proletariado”

(1988, p. 33). Para o autor, na trilha de Althusser, a Ideologia não é distorção da realidade, tampouco um ideal, mas é o mecanismo mesmo de produção dos sujeitos e dos sentidos. Esse mecanismo opera na construção de evidências, daquilo que os sujeitos percebem como sempre já-lá, como natural e até desejável. As ideologias particulares é que entram em embate e, entre elas, há sempre uma ideologia dominante, no caso contemporâneo, a ideologia de mercado do capitalismo pós-industrial. Esse embate constitui-se como uma relação de forças dissimétrica no interior da qual se produzem as evidências, inclusive a evidência subjetiva. A ideologia dominante é, então, tomada como grau zero ideológico e opera na gestão das “verdades”. A isso, entendemos como violência objetiva, mais eficaz que a violência subjetiva, na medida em que se mascara a si própria e, assim, passa a fazer parte dos universos logicamente estabilizados, os quais criam as evidências do tipo “Todo mundo sabe que”.

A Análise de Discurso, tal como proposta por Pêcheux, visa trabalhar no campo da resistência ao dominante, ao lado da prática política revolucionária do proletariado, questionando, inclusive, o ideal de ciência neutra, questionamento esse que estendemos aqui ao ideal de isenção do jornalismo. A mídia tradicional brasileira é concentrada na mão de poucas famílias e, dessa forma, regula o Estado tanto quanto ou mais do que é regulada por ele. No caso do Conglomerado Globo, vemos, por exemplo, a ascensão do combate ao discurso de ódio, tal como concebido juridicamente, deslocado de toda problemática político-econômica. Essa concessão não é espontânea, ela é forjada nas lutas populares que, desde 2013, são incessantes no Brasil. No entanto, essa política da tolerância exclui de seu escopo a política nacional e oblitera as relações de força que se dão entre as classes em embate; o ponto mais sensível, ou seja, a luta de classes e a consequente desigualdade social – a qual redundante, é preciso lembrarmos, nas desigualdades de gênero e de raça, “minorias” defendidas pela Globo – , é recalcado e ressurgiu tal como vimos nas análises, esgueirando-se pelos “furos”, pela falha que é intrínseca ao sujeito, à ideologia e à língua.

A mídia dominante participa ativamente da reprodução das relações de produção e, ao lado da verdade forjada pelo mecanismo ideológico, torna natural o sistema mercadológico, que elege objetos desejáveis e indesejáveis. Os discursos de esquerda configuram-se, nessas condições de produção, como o sujeito terrível causador da desestabilização que afeta os sistemas político-econômicos e simbólicos e, por isso, é eleito inimigo a ser eliminado, o que não é novidade, mas toma uma força considerável no Brasil atualmente. Assim, o discurso de ódio político, tão sutil quanto a intolerância de gênero e de raça, mas invisível – ou mesmo invisibilizado – nos saberes advindos do discurso neoliberal, porquanto mais perigoso, é tomado, no âmbito do projeto de pesquisa *Discurso de ódio: mídias, redes e movimentos sociais*, como uma espécie de “matriz” ideológica recalcada de todas as outras formas de intolerância.

A construção de um conceito de discurso de ódio propriamente discursivo passa, portanto, pelos três campos teóricos que dão consistência à Análise de Discurso: a Linguística, como campo que permite dar conta do fio do discurso, a língua, a base material dos processos

discursivos; a Teoria das Ideologias, que confere à prática ideológica sua consistência material; e a Psicanálise, teoria que subjaz à ideia de sujeito descentrado própria à AD. Ainda que provisoriamente, podemos dizer, nessas bases, que o discurso de ódio, consiste no efeito do recalçamento da luta de classes operado na contemporaneidade por meio da “gestão” de individualidades centradas no gozo. Em outras palavras, as desigualdades, identificadas pelas teorias materialistas como respeitantes à coletividade, passam a ser percebidas no campo do individual, da cultura, como defende Žižek. O efeito disso é a invisibilidade do que Žižek chama de violência objetiva, desmembrada em violência sistêmica e simbólica, que, em seu limite, manifesta-se na violência subjetiva. Esta, sim, visível e tomada como um problema social.

Referências

ALTHUSSER, Louis. *Aparelhos Ideológicos de Estado: notas sobre os aparelhos ideológicos de estado*. 10. ed. Trad. Walter J. Evangelista e Ma Laura V. de Castro. Rio de Janeiro: Ed. Graal, 1985.

AUTHIER-REVUZ, Jacqueline. *Entre a transparência e a opacidade: um estudo enunciativo do sentido*. Trad. Leci Borges Barbisan e Valdir do Nascimento Flores. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2004.

BALDINI, Lauro José Siqueira. Discurso e cinismo. In: MARIANI, Bethania; MEDEIROS, Vanise (orgs.). *Discurso e... ideologia, inconsciente, memória, desejo, movimentos sociais, cinismo, corpo, witz, rede eletrônica, língua materna, poesia, cultura, mídia, educação, tempo, (homo)sexualidade*. Rio de Janeiro, 7Letras: 2012. p. 103-112.

BIRMAN, Joel. *Arquivos do mal-estar e da resistência*. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017.

DUFOUR, Danny-Robert. *A arte de reduzir as cabeças: sobre a nova servidão na sociedade ultraliberal*. Trad. Sandra R. Felgueiras. Rio de Janeiro: Companhia de Freud, 2005.

DUNKER, Christian I. L. Intolerância e cordialidade nos modos de subjetivação no Brasil. In: FANTINI, João A. (Org.). *Raízes da Intolerância*. São Carlos: EdUFSCar, 2014. p. 17-42.

ERNST-PEREIRA, Aracy. A falta, o excesso e o estranhamento na constituição/interpretação do corpus discursivo. 2009. In: Seminário de Estudos em Análise de Discurso, IV, 2009, Porto Alegre. *Anais...* Porto Alegre: UFRGS, 2009. Disponível em: <http://anaisdosead.com.br/4SEAD/SIMPOSIOS/AracyErnstPereira.pdf>, Acesso em: 30 mai. 2017. p. 01-06.

ERNST, Aracy. O cinismo na política midiática: um dos tantos casos da Globonews. In: Simpósio sobre Análise de Discurso: a pesquisa em AD na Região Sul. 1, 2017, Pelotas. I *Simpósio...*, Pelotas, UFPel, 2017. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=iNsHcM-tFZ4>. Acesso em 09 abr. 2018.

ERNST, Aracy; MENEZES, Eduardo. Cinismo e humor: uma análise do discurso político praticado pelo stand-upcomedy no Brasil. *SocioPoética*, Campina Grande, Paraíba, v. 1, n. 17, p. 5-21, 2016.

FANTINI, João A. (Org.). *Raízes da Intolerância*. São Carlos: EdUFSCar, 2014.

PORTAL G1. São Paulo: Globo Comunicações e Participações S.A., 2000-. Irregular. Disponível em: <https://g1.globo.com/>. Acesso em 09 abr. 2018.

GUROVITZ, Hélio. O uso político da universidade. *Portal G1*. Disponível em: <https://g1.globo.com/mundo/blog/helio-gurovitz/post/2018/02/28/o-uso-politico-da-universidade.ghtml>. Acesso em 09 abr. 2018.

MARIANI, Bethania; MEDEIROS, Vanise (orgs.). *Discurso e... ideologia, inconsciente, memória, desejo, movimentos sociais, cinismo, corpo, witz, rede eletrônica, língua materna, poesia, cultura, mídia, educação, tempo, (homo)sexualidade*. Rio de Janeiro: 7Letras, 2012.

MARIANI, Bethania. Análise do Discurso e Psicanálise. In: MARIANI, Bethania; MEDEIROS, Vanise (orgs.). *Discurso e... ideologia, inconsciente, memória, desejo, movimentos sociais, cinismo, corpo, witz, rede eletrônica, língua materna, poesia, cultura, mídia, educação, tempo, (homo)sexualidade*. Rio de Janeiro: 7Letras, 2012. p. 50-58.

MARIANI, Bethania. Sentidos de subjetividade: imprensa e psicanálise. *Polifonia*, v. 12, n. 1, p. 21-45, 2006.

MARIANI, Bethania. Textos e conceitos fundadores de Michel Pêcheux: uma retomada em Althusser e Lacan. *Alfa*, v. 54, n. 1, p. 113-127, 2010.

PÊCHEUX, Michel. *O Discurso: estrutura ou acontecimento*. Trad. Eni Orlandi. Campinas: Pontes, 1990.

PÊCHEUX, Michel. *Semântica e Discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. Trad. Eni Orlandi et al. Campinas: Editora da Unicamp, 1988.

ŽIŽEK, Slavoj. *Violência*. Trad. Miguel S. Pereira. São Paulo: Boitempo, 2008.

ŽIŽEK, Slavoj. Como Marx inventou o sintoma. In: ŽIŽEK, Slavoj (Org.). *Um mapa da Ideologia*. Trad. Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: 1996.

ŽIŽEK, Slavoj. *Um mapa da Ideologia*. Trad. Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: 1996.

Recebido em: 22/05/2018.

Aceito em: 04/07/2018.